CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PARECER N° 1642/72

Aprovado por Deliberação

em 6/11/1972

PROCESSO - CEE-n° 2036/72

INTERESSADO - MÁRIO GENDA MORELI

ASSUNTO - Revalidação de seu diploma e permissão para realizar exame das disciplinas de História e Geografia

CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU

RELATOR - Conselheiro JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR

HISTÓRICO

Mário Genda Moreli, nascido a 20 de outubro de 1946, em Marília, Estado de São Paulo, filho de Vitorio Moreli e Da. Maria Genda Moreli, havendo concluído o curso de Mecânica, no Instituto Dom Bosco, nesta Capital, solicita a este Conselho a revalidação do seu diploma para realizar exame das disciplinas de História e Geografia.

O requerente apresentou o Certificado de Habilitação acompanhado do boletim de notas, série a série e do qual podem ser tirados os seguintes dados:

Estudou Português, Matemática, Ciências, Desenho, Tecnologia e fez prática de oficina nas quatro séries.

Estudou Inglês na terceira e na quarta séries.

As notas do requerente podem ser consideradas regulares: algumas boas e outras apenas sofríveis.

FUNDAMENTAÇÃO

Considerando que ele solicita permissão para fazer os exames de História e Geografia, presume-se que o seu desejo é colocar o certificado de que é portador em situação de equivalência com o certificado de conclusão de 1° grau.

O requerente, a favor da sua pretensão, tem os seguintes elementos:

Estudou três das disciplinas do núcleo comum e mais desenho durante as 4 séries do curso.

Estudou Tecnologia e fez prática de oficina em todas as séries.

Estudou Inglês nas duas últimas séries.

Fez o curso em regime e sob disciplina de trabalho que constitui fator de formação apreciável.

Faltam-lhe, entretanto, as seguintes disciplinas: História Geral e do Brasil, Geografia Geral e do Brasil e Educação Moral e Cívica.

CONCLUSÃO

Em vista do que dispõe o Parágrafo único do Art. 27 da Lei federal n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Os estudos do requerente poderão ser considerados equivalentes aos das 4 últimas séries do 1º grau desde que ele se submeta a exames especiais de Educação Moral e Cívica.

Historia Geral e do Brasil e Geografia Geral e do Brasil S.M.J. é o meu parecer.

São Paulo, 30 de outubro de 1972.

a) Conselheiro JOSÉ BORGES DOS SANTOS Jr. - Relator

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do VOTO do nobre Conselheiro JOSÉ BORGES DOS SANTOS Jr.

Presentes os nobres Conselheiros: ANTONIO D'AVILA, JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR, JOSÉ CONCEIÇÃO PAIXÃO, MARIA IGNEZ LONGHIN DE SIQUEIRA, MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR e THEREZINHA FRAM.

Sala de Sessões da Câmara do Primeiro Grau,

Em 30 de outubro de 1972.

a) Conselheiro JAIR DE MORAES NEVES - Presidente

Aprovado por maioria, na 458ª sessão plenária hoje realizada. Foi vencido o voto do Conselheiro Arnaldo Laurindo. O Conselheiro Alpínolo Lopes Casali apresentou declaração de voto.

Sala "Carlos Pasquale", em 6-11-72

a) Conselheiro Alpínolo Lopes Casali - Presidente

Voto vencido do Conselheiro Arnaldo Laurindo

"Declaro-me vencido. Ha necessidade urgente deste Conselho em disciplinar o aproveitamento de estudos realizados em escolas livres, em funcionamento no Estado de São Paulo".

DECLARAÇÃO DE VOTO

De acordo com o mandamento constitucional e lei de diretrizes e bases da Educação Nacional, somente as escolas vinculadas, até 1971, aos sistemas de ensino federal e estadual, e, a partir de 1972, apenas ao sistema de ensino dos Estados e Distrito Federal, e que têm reconhecidos os estudos nelas realizados e válidos são os diplomas ou certificados que expedirem.

A escola em tela, ao que supõe, não se sujeita ao sistema de ensino estadual. É pois uma escola que funciona à margem da lei. Esta enquadrada entre as denominadas "escolas livres".

Este Conselho, em 1972, vem considerando como equivalentes aos estudos de uma escola com funcionamento legalmente autorizado os realizados em escola livre.

O Conselho Federal de Educação já o fizera antes, embora parcimoniosamente.

Se é admissível que se entenda essa tolerância aos alunos que se encontravam matriculados, em 1971, já não o será àqueles que se matricularem em 1972 em qualquer de suas series.

Do contrário, estar-se-á consagrando a existência de uma outra rede de escolas - as escolas livres - com iguais direitos às legalmente autorizadas a funcionar pelo Poder Publico.

Das duas uma: essas escolas se vinculam ao sistema estadual de ensino, ou assumam as consequências de sua opção.

Sala "Carlos Pasquale", em 7 novembro de 1972.

a) ALPÍNOLO LOPES CASALI Conselheiro.